

A Educação Física em Portugal A Génesis da Formação dos Professores

Jorge Crespo*

Nas primeiras décadas do século XX, a exemplo do que sucedera em equivalente período do século passado, quando a ideia de educação física se divulgava em Portugal, continuavam a ouvir-se as críticas de moralistas e pedagogos à «degeneração da raça», ao desprezo a que se tinham votado os homens fortes e valentes dos primórdios da Nação. As lições vinham, como sempre, dos cavaleiros da Idade Média, homens «imortais, grandiosos, intangíveis», que evoluíam com elegância em «paços opulentos» e se destacavam com coragem e vigor nas festas e torneios. Mas não se esqueciam, também, as emoções dos combates de gladiadores e corridas de quadrigas de Roma e a «tradição sublime da (...) força estética e soberba» de Atenas, manifestada, em especial, no gesto dos discóbolos de Olímpia. Nada se comparava pois, com a tendência que se verificava na contínua desvalorização da raça portuguesa, facto que se traduzia na proliferação de jovens transformados em «creaturas mimosas e efeminadas, sem coragem, sem beleza, sem dignidade própria». Assim se repetia, à distância de um século, a mesma análise da realidade e a utilização de argumentos semelhantes, e demonstrava-se a permanência de convicções na longa duração. Um quadro de mentalidades inalterável, denunciando a força da tradição, mas, também, vestígios de incapacidades para enfrentar os problemas da realidade humana na perspectiva da modernidade.

Neste contexto, em 1920, lançava-se a ideia: «Urge reviver o vigor antigo, fazendo criar na população um sangue poderoso e novo, pre-

* Professor Associado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SPEF.

Boletim SPEF, n.º 1 Primavera de 1991, pp. 11-19.

conizando-lhe a cultura física, e animando-a a gerar filhos robustos e, sobretudo, a conservar os que tem»¹. O projecto beneficiava, de algum modo, da avaliação recente dos perniciosos resultados da primeira Guerra Mundial, no momento em que a Europa se voltava para si própria, a fim de curar feridas e doenças, eliminar maus hábitos, tentando levantar-se dos destroços de 1914-1918. A propósito, dizia-se: «O problema é grave. Doentes, estropiados, tuberculosos, gatunos, sífilíticos e prostitutas, são pois os elementos dominantes da sociedade actual»². Ao mesmo tempo, censurava-se o paradoxo do aumento do luxo e da ociosidade, da ostentação dos homens e das mulheres das cidades. Na época, a educação física era apontada como o principal remédio para a desejada melhoria da sociedade, em especial, nos seus aspectos morais, de higiene e saúde, sem esquecer as repercussões económicas a médio prazo.

Mas os problemas dos portugueses não tinham a ver apenas com a situação verificada neste período histórico, sendo necessário lançar as raízes dos defeitos em fases anteriores. Por exemplo, ao longo do século XIX, não se havia conseguido a indispensável modernização do país, porque as transformações da agricultura não se realizaram em tempo oportuno, dado que se optou sempre pelo comércio fácil em detrimento da industrialização requerida. Em especial, não se tornou possível a constituição de uma base social capaz de se converter em alicerce sólido da transformação da sociedade. De facto, o que sucedeu foi o seguinte: «As mudanças iniciais do século XIX permitem o incremento das fainas basilares de produção agrícola, embora com atrasos e hesitações, mas mantém um estrato dominante hipertrofiado que chama a si parte excessiva do produto nacional, e por isso não deixa espaço à génese pujante de um secundário de tipo moderno. Entre a oligarquia e a plebe, uma incipiente burguesia, activa, com cérebros esclarecidos, mas cuja acção não resulta num traçado novo dos rumos nacionais»³.

Assim, chegamos aos inícios do século XX sem dispôr de condições propícias ao arranque de diversas «obras de civilização», entre as quais a própria educação física, um problema da juventude portuguesa, sempre adiado, como, aliás, tantos outros da nossa sociedade, que só poderiam ter sido resolvidos se, de facto, o pensamento dos mais clarividentes pudesse ter atingido um mínimo de eficácia social. A breve análise das tentativas levadas a efeito no sentido de se introduzir, na transição do século XIX para o século XX, a educação física no ensino secundário é bastante para mostrar as impossibilidades, o mesmo podendo confirmar-se, aliás, quanto à formação de professores e definição do respectivo estatuto profissional. A primeira referência à educação física num texto legal dedicado ao ensino liceal surge em 1895 em Portugal. A reforma de João Franco — Jaime Moniz não considerava a integração da disciplina nos planos de estudos mas, em qualquer caso, não deixava de mencionar a necessidade de «haver terreno suficiente

para recreio e exercícios de educação física» na área dos edifícios escolares. Na oportunidade, F. Adolfo Coelho era um dos principais legisladores, mas a sua competência intelectual e pedagógica não teria sido suficiente para impôr aos burocratas e políticos os seus pontos de vista.

A lacuna foi ultrapassada, em 1905, através da reforma de Eduardo José Coelho, na qual se previa, finalmente, no plano de estudos dos liceus, a disciplina de Educação Física, com três horas semanais no curso geral e duas no curso complementar, solução que, no ano seguinte, se tornou extensiva aos liceus femininos, mas com a carga horária reduzida a duas horas semanais, do primeiro ao último ano. A reforma de Sidóneo Paes e Alfredo Magalhães, em 1918, previa a disciplina de ginástica, com duas horas semanais no curso geral e uma no curso complementar, uma redução do plano anterior que se agravou, no ano seguinte, através da reforma de Sá Cardoso e Joaquim José de Oliveira, que tinha a particularidade de eliminar a disciplina do curso complementar.

Entretanto, deve acentuar-se que as referidas alterações eram o testemunho da incapacidade manifestada em proporcionar à educação física um lugar equivalente a outras matérias de ensino, facto que não pode deixar de explicar-se no quadro das polémicas que opunham, por um lado, os que defendiam a «educação nobre» baseada nas disciplinas humanísticas do passado e, por outro, os que optavam por uma educação mais adequada às novas realidades da sociedade ocidental, suportada em disciplinas de cunho utilitário e aplicado orientadas para a formação profissional dos jovens. No âmbito da educação física, a questão traduzia-se no confronto entre as actividades corporais que fundamentavam, no passado, a formação dos «meninos nobres» e as que, mais adaptadas aos tempos vividos, eram, no entanto, objecto de crítica, como por exemplo a ginástica acrobática e as modalidades desportivas emergentes. Enfim, não se poderá esquecer, neste contexto, o fenómeno de uma «irrealizada sociedade burguesa» que se revelava sem capacidade de fazer vingar os seus pontos de vista.

Nesta perspectiva, não surpreende, igualmente, o atraso verificado na formação dos professores de educação física, não obstante as constantes reclamações surgidas. Em 1905, quando a disciplina se tornava obrigatória nos liceus, o médico Costa Sacadura chamava a atenção, sem qualquer êxito, para a necessidade de preparação urgente de docentes especializados. Nos anos seguintes, continuava a defender-se que a formação não podia limitar-se à experiência prática e ao estudo de livros didácticos e manuais mas, pelo contrário, devia subordinar-se a acções convenientemente dirigidas e através das quais se tornasse possível adquirir «uma cultura e uma competência especiais». A propósito, dizia-se que o professor: «tem necessidade de saber interpretar os exercícios que aconselha e de os adaptar às indicações e à natureza física dos seus alunos. (...) Precisa de basear os seus conhecimentos em estudos larga e metodicamente orientados, tendo sempre em vista que a aplicação dos

exercícios tem de ser pautada pela personalidade e pelas tendências dos alunos cujo desenvolvimento e saúde são confiados aos seus cuidados»⁴.

Entretanto, um grupo de «professores de gymnastica» dirigia, em 1907, ao governo, um memorial através do qual se realizava uma crítica violenta à situação da especialidade nos estabelecimentos de ensino. Tratava-se, possivelmente, da primeira tomada de posição pública de um colectivo que, assim, se revelava em autonomia, participando e responsabilizando-se quanto às orientações da disciplina. No documento, propunham-se medidas sobre a organização dos ensinos primário e secundário, a formação de professores e a valorização do seu estatuto profissional»⁵.

Em 1911, o Governo Provisório da República parecia compreender a lacuna, mas a resposta dada ao problema, traduzindo-se na criação de uma Escola de Educação Física, não passou, de facto, das intenções manifestadas em diário oficial. Tratava-se de integrar estudos de educação física, com a duração de três anos, nas Escolas Normais Superiores de Coimbra e de Lisboa, sob orientação de professores destas unidades de formação pedagógica e das Faculdades de Medicina. A falência do projecto e as exigências da realidade justificariam que Luís Furtado Coelho tivesse organizado, em 1914, um curso de formação, com a duração de três meses, orientado por um professor sueco, diplomado pelo Instituto de Ginástica de Estocolmo. O promotor da iniciativa desiludia-se, no entanto, com as críticas que a esta intervenção eram dirigidas pelos órgãos de informação da época, as quais se fundamentavam, em geral, na necessidade que havia na elaboração de uma «ginástica nacional» mais ajustada às particularidades da cultura portuguesa. Os críticos pensavam que a proliferação de métodos estrangeiros contribuía para aumentar a confusão de professores sem bases teóricas seguras, sendo igualmente um obstáculo à desejada unidade de intervenção pedagógica. Os argumentos nunca deixaram de acompanhar, ao longo do tempo, os que se manifestavam a favor de uma escola de formação de professores.

Entretanto, o papel do Estado limitava-se à concessão de alvarás ou diplomas que legalizavam a actividade docente dos divulgadores da educação física, médicos, professores formados no estrangeiro, militares e antigos praticantes. Eram mal remunerados, com a justificação da falta de formação adequada e, por isso, não tinham acesso a nomeações definitivas. O Decreto 5600, de 10 de Maio de 1919, regulamentava os concursos com o fim de avaliar as condições de habilitação para o exercício do magistério de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário. Por exemplo, às provas correspondentes a 1920, realizadas no Liceu de Camões, submetiam-se muitos candidatos, perante um júri constituído por quatro médicos (um dos quais, presidente) e três professores de educação física. Um destes era Pedro José Ferreira, decano do grupo profissional, dispendo de um *curriculum vitae* que pode

ilustrar, de alguma maneira, o percurso seguido na formação de um professor, nas primeiras décadas do século XX. A referência à sua personalidade e competência, numa revista especializada da época, fazia-se nos termos seguintes: «Decano dos professores de educação física em Portugal, desde criança que exerce o ensino, como comandante da 1.^a classe da Casa Pia em 1868, comandante geral em 1870, ajudante do eminente professor da Escola de Saint-Cir, Roger, em 1874. Tencionando a Casa Pia dispensar os serviços do professor Roger, nomeou Pedro Ferreira para professor, lugar que não aceitou, visto que aceitando-o, cometia uma grave desconsideração e uma falta de gratidão para quem tinha sido o seu grande mestre e amigo. Revelava-se desde então um caracter de fina tempera.

Foi professor do Colegio de Campolide de 1876 sendo aí o seu ensino de tal ordem que os resultados dos seus trabalhos foram altamente apreciados no estrangeiro, a ponto de o seu mapa antropométrico, obra digna de um grande mestre, ter a pedido, por lá ficado. E pena foi que não ficasse em Portugal, pois que é um valioso documento do ensino da educação física no nosso país.

Desde 1882 que exerce o ensino oficial, sendo uma vítima da ingrati-dão, do esquecimento e da injustiça do Estado, por quanto ainda não é professor efectivo, apesar do Estado lhe confiar as mais honrosas mis-sões, como sejam, fazendo parte das comissões aos regulamentos e programas do ensino da educação física das Escolas primárias e comple-mentares (1911), Escolas normais (1915), Escolas primárias de ensino geral e superior (1919), etc., etc.

Discipulo dilecto de Sousa Martins, Alves Branco, Tomaz de Carva-lho e outros na Escola Médica, como ouvinte, pelos grandes mestres como aluno era considerado, estudando e praticando como aluno fosse. Entregavam-lhe os seus clientes, como hoje muitos lhos entregam, sendo as suas opiniões, conselhos e orientação de ensino acatadas e seguidas.

Mestre querido dos seus alunos, nas Escolas normais e liceus Pas-sos Manuel e Garrett onde a sua acção tem sido mais intensa e profícua.

Excessivamente modesto, a sua alta individualidade tem-se imposto pelo seu trabalho honesto, pelo seu profundo saber, pela sua incontes-tavel competência, pelo seu caracter impoluto, que não por reclamos espalhafatosos.

Noutro país Pedro Ferreira ocuparia o lugar a que tem jus. Em Por-tugal apenas tem sido uma vítima da inveja, da intriga e da maldade dos homens. Será por isso que os seus alunos lhe chamam — o Santo!»⁶

Trata-se de um caso excepcional, decerto. Mas, ainda assim, revela-dor de um percurso humano e profissional que interessa conhecer, tal como não será de desprezar mais um apontamento sobre a hipocrisia de um Estado incapaz de ser eficaz e justo.

A publicação do Regulamento Oficial de Educação Física, em 1920, definia, entretanto, três categorias de docentes: professores, instrutores

e monitores. Não se indicavam relações de hierarquia, para além da indicação de que os primeiros escolhiam os monitores e asseguravam a sua formação através de lições teóricas, práticas e de prática pedagógica. Esta definição de categorias aplicava-se aos âmbitos civil e militar, solução que se justificava porque, em 1919, o Ministério da Guerra tinha determinado a elaboração das bases de uma unidade de formação em esgrima, a incluir no futuro Instituto de Educação Física do Exército. De facto, em Janeiro de 1922, a Escola de Esgrima do Exército iniciaria o seu funcionamento, tornando-se um lugar de preparação de muitos especialistas que viriam a influenciar o posterior desenvolvimento da educação física.

No entanto, não obstante estas iniciativas, o problema fulcral mantinha-se, isto é, a ausência de uma solução global para a formação de professores. A publicação de leis, como o citado Regulamento Oficial, ou a parcialidade das opções, tal como a da Escola de Esgrima referida, constituíam motivos para que surgissem reclamações e propostas em jornais e revistas, intervenções de carácter individual sem eficácia perante um Estado que teimava em não reconhecer as aspirações de um grupo profissional que, progressivamente, adquiria uma consciência. Esta nova qualidade manifestou-se, entretanto, quando os professores de educação física «...mal apreciados na sua competência e na sua influência na propaganda dos exercícios em Portugal e na sua realização nos estabelecimentos do ensino do Estado...»⁷, resolveram «...fundar uma colectividade não só para tratar da defesa dos seus interesses profissionais e materiais, como também estudar os assuntos que interessam a educação física e fazer a sua propaganda»⁸. Assim nascia, em 1920, a Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física, associação que integrava professores, médicos, pedagogos e outros interessados pela causa. No relatório que assinalava o primeiro ano de existência referia-se, mais uma vez, a «...situação anomala dos professores de educação física dos liceus...», alguns dos quais se mantinham como provisórios há quinze anos, uma realidade considerada excepcional no funcionalismo. A acção da Liga não era um assunto desprovido de polémica, e o médico Francisco Pinto de Miranda, desempenhando o lugar de Inspector de Ginástica, dava a opinião seguinte: «A criação que se projecta de uma Associação de Professores de Gimnástica, virá facilitar (...) se a orientação d'uma organização fôr dirigida mais para o debate científico dos diversos problemas técnicos, que exclusivamente na defeza dos interesses profissionais por mais injustamente tratados que sejam»⁹. As responsabilidades superiores de Pinto de Miranda podiam, de algum modo, explicar o zelo revelado na hierarquização dos problemas, que assim pretendia desviar a atenção de questões políticas essenciais, mas o argumento não podia deixar de ser interessante, numa fase em que se reconhecia a importância da preparação teórica na validade do estatuto da educação física. Mas a verdade é que, em 1921, o Ministério da

Informação Pública decidia criar um Curso Normal de Educação Física com a duração de três anos. Os estudos exigiam a aprovação nas disciplinas de Anatomia e Fisiologia da Faculdade de Medicina e os estágios pedagógicos realizavam-se no Liceu de Camões. O carácter provisório do curso foi superado com a sua integração, em 1923, na Escola Normal Superior de Lisboa. Os estudos reduziam-se a dois anos e a formação era idêntica à dos docentes de outras disciplinas, facto que promovia excessos teóricos merecedores de crítica e deficiente preparação prática. A este propósito, Leal de Oliveira, que frequentava o curso, denunciava no jornal «Diário de Notícias» todos os erros referidos, assinalando que os alunos não praticavam a ginástica nem sequer ouviam falar de educação física. O deficiente funcionamento das Escolas Normais Superiores resultou na sua extinção em 1930, sendo criadas, em substituição, as secções pedagógicas das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra e, também, os Liceus Normais nas referidas cidades. Em qualquer caso, continuava a criticar-se a «excessiva generalização da cultura pedagógica» adquirida, em prejuízo da referida formação técnica. Nem o facto de se ter determinado, em 1933, o funcionamento, no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes), de uma disciplina anual de pedagogia geral da educação física, foi o suficiente para ultrapassar as lacunas nos domínios técnico e científico. As falhas observadas ao longo dos anos constituíram o motivo da criação, em 1930, da Escola Superior de Educação Física na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde finalmente se reuniram as condições propícias a um progresso significativo da formação dos professores de educação física. O curso tinha a duração de quatro anos, incluindo um conjunto de disciplinas teóricas, práticas e pedagógicas muito completo, onde não faltavam actividades desportivas, ginástica correctiva e reeducativa que, por razões diferentes, eram objecto de polémica na época.

Entretanto, a experiência adquirida na citada Escola da Sociedade de Geografia e também, nos âmbitos do Exército e da Armada, constituía um património de extrema importância que não deixou de estimular os responsáveis para o lançamento da grande mudança. A oportunidade surgia no quadro de realizações do Estado Novo, tendo em vista a resolução dos «problemas fundamentais da educação nacional». Assim, em 25 de Fevereiro de 1939, o Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, apresentava à Assembleia Nacional uma proposta de lei para a criação do Instituto Nacional de Educação Física. Para além dos aspectos técnicos e administrativos relativos à implantação do curso, pretendia-se o seguinte: «Instituir um centro de estudos científicos e de prática racional da educação física, como instrumento de unidade didáctica e de orientação geral, e com a finalidade profissional de formar os respectivos agentes de ensino, oficial ou particular, tendo-se em vista o revigoramento da raça no plano da educação integral e os interesses da defesa da Pátria»¹⁰.

Para o efeito, recomendava-se que o início do funcionamento do Instituto, «tam importante para o futuro da nacionalidade», coincidissem com «a dupla Comemoração Centenária», isto é, de oito séculos de história e de quatro da restauração da independência. Assim sucedia, pois, na sequência do Decreto-Lei 30 279, de 23 de Janeiro de 1940, no mesmo ano da Exposição do Mundo Português, iniciativa que marcava o apogeu da política do Estado Novo.

Nos finais de 1940, o Conselheiro Escolar do INEF organizava um ciclo de reuniões de trabalho que se destinava ao estudo dos mais importantes temas de educação física e tinha, como objectivo final, a elaboração de uma base doutrinária para a acção a desenvolver. Na primeira palestra, Manuel Rocha, professor do Instituto, dissertava acerca da ideia de movimento enquanto factor influente na educação da vida humana. Na ocasião, contestavam-se os que atribuíam demasiada importância ao pensamento de Descartes e, ao mesmo tempo, sublinhava-se o valor da noção aristotélica-tomista de movimento. A certa altura, afirmava: «E a embriaguês era tão grande que a ciência ousou levantar-se contra a fé, a economia emancipou-se da moral, o liberalismo tripudiou»¹¹. Estava assim lançada a primeira base doutrinária da educação física que se desejava promover, um fundamento que não pode deixar de identificar-se com a mentalidade dominante na civilização medieval. O conhecimento dos homens e do mundo subordinava-se a uma única inteligibilidade, uma simbólica universal que tinha por objectivo principal encontrar no próprio corpo, em suas atitudes e movimentos, os vestígios da criação de Deus. O sentido do real era dado «a priori» por uma finalidade transcendente e o universo e o homem (um microcosmos) não eram realidades experimentais mas sistemas de valores. A este propósito, o Renascimento não era poupado às críticas, por ter conduzido, afinal, à decadência da escolástica, assim provocando o desequilíbrio do passado. Nesta linha, acusava-se Descartes de ter desorganizado «...a lógica perene, negando, ridicularizando a noção de potência e acto, a noção aristotélica-tomista do movimento»¹².

As ideias divulgadas por Manuel Rocha constituíam o desenvolvimento das linhas gerais que tinham sido definidas anteriormente, em 2 de Março de 1940, na primeira reunião do Conselho Escolar do INEF, a saber: «Vamos formar agentes de grande penetração social que, lidando estreitamente com a juventude, devem promover não só o seu desenvolvimento físico, mas ainda contribuir para a formação do seu carácter. Temos de os tornar elementos convicentes e activos de um renascimento nacional que estamos vivendo cheios de esperança e de fé. Formação técnica, científica, apenas? Se não fôr também elevadamente espiritual, se não formos até à formação da sua mentalidade, se não animarmos as noções teóricas e práticas que lhes dermos de um ideal nacional e humano, se não criarmos doutrina — a doutrina da escola portuguesa de educação física — as práticas a que os obrigarmos

redundarão em formalismos sem vida e corroer-se-ão em pouco tempo dos piores vícios e abusos». E, mais adiante, para concluir, dizia-se: «O nosso laboratório será certamente um verdadeiro centro de investigação científica que quasi se inicia no nosso País; os estudos teóricos porão os nossos alunos a par do que há de mais moderno no domínio científico da especialidade; as práticas fornecer-lhes-ão as técnicas indispensáveis à sua missão profissional e à perfeita compreensão de uma teoria que vive da observação das realidades»¹³.

A formação dos professores de educação física iniciava-se, pois, num quadro de contradições que pode explicar-se através da análise das múltiplas influências, económicas, políticas e sociais que, no período de um século, não deixaram de exercer-se no processo de transformação das práticas corporais. Neste contexto surgia, progressivamente, a figura do «mestre», responsável afinal pela integração de um saber apoiado pela instituição médica, por uma prática inspirada no modelo militar e por uma ideia dominada pela urgência da regeneração da vida humana. Enfim, da fase do mestre de ginástica à do professor de educação física, assistiu-se a um percurso de autonomia e de responsabilidade que atinge, neste momento, um ponto crucial, a exigir reflexão honesta e profunda, uma atitude crítica que resista às soluções de facilidade do presente.

Notas

¹ «A Nossa Tentativa», *Revista de Educação Física*, n.º 1, Março. 1920, Lisboa, p. 1.

² TOVAR DE LEMOS, «A Cruzada da Educação Física. Palavras Duras», *ibidem*, p. 13.

³ VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Col. BAB, Ed. Arcádia, Lisboa, p. 130.

⁴ COSTA SACADURA, «O Professor de Educação Física», *Revista de Educação Física*, n.º 1, Março. 1920, p. 2.

⁵ *Jornal Tiro e Sport*, ano XIII, n.º 361, 1907. O memorial era assinado por ANTÓNIO PINTO MARTINS, PEDRO JOSÉ FERREIRA, ÓSCAR DE MELLO, CARLOS D'ALMEIDA GONÇALVES, JOSÉ TAVARES PORTUGAL e JOÃO ROUBAUD.

⁶ «Pedro José Ferreira», *Revista de Educação Física*, n.º 1, Março. 1920, p. 7.

⁷ ANÍBAL PINHEIRO, «Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física», *Revista de Educação Física*, n.º 1, Março. 1920, p. 12.

⁸ *Ibidem*.

⁹ F. PINTO DE MIRANDA, «Propaganda de Educação Física», *Revista de Educação Física*, n.º 2, Novembro. 1920, p. 3.

¹⁰ Proposta de lei, de 25 de Fevereiro de 1939, apresentada pelo Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, à Assembleia Nacional.

¹¹ *Boletim INEF*, Dezembro, 1940.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*.